

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia F. de. "O PROJETO A LÍNGUA PORTUGUESA NO SEMIÁRIDO BAIANO – FASE 3: CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO E DA AMOSTRAGEM DO BANCO DE DADOS", p.27-48. In Raquel Meister Ko. Freitag (Organizadora). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014.
<http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-3cap>

3

CAPÍTULO

O PROJETO A LÍNGUA PORTUGUESA NO SEMIÁRIDO BAIANO – FASE 3: CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO E DA AMOSTRAGEM DO BANCO DE DADOS

Silvana Silva de Farias Araujo
Norma Lucia Fernandes de Almeida

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano* foi implementado no ano de 1996 (embora só tenha sido oficializado em 1998), na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob a coordenação das professoras Norma Almeida e Zenaide Carneiro. Inicialmente, as atividades do projeto centraram-se na formação de *corpora* gravados em comunidades rurais da região semiárida baiana. A gravação desse material começou em 1996 e estendeu-se até o ano de 2001, tendo sido contempladas comunidades localizadas em diferentes regiões serranejas da Bahia. O critério utilizado para a realização da coleta de dados foi o de que as localidades apresentassem formações sócio-histórico e demográficas diferenciadas, fazendo parte, principalmente, de dois importantes fatores do processo de urbanização do interior do estado (ALMEIDA; CARNEIRO, 1999), a saber, os chamados ciclos da *agropecuária*, cujas origens remontam aos séculos XVII a XIX

– Jeremoabo e Feira de Santana –, e da *mineração*, com origens mais densamente vinculadas ao século XVIII – Rio de Contas e Caém. Esse *corpus* foi publicado, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por Almeida e Carneiro (2008), e diversas análises linguísticas vêm sendo realizadas, mesmo antes da publicação, já tendo servido como base empírica para artigos, monografias, dissertações e tese de doutorado (ALMEIDA; CARNEIRO, 2014).

No ano de 2007, o projeto entrou numa nova fase, denominada *Fase 3*, quando as atenções voltaram-se para a zona urbana de Feira de Santana/BA. Após já ter se delineado um quadro do português falado em comunidades rurais baianas, cabia aos pesquisadores do projeto a desafiadora e necessária tarefa de traçar uma descrição sociolinguística do português falado em uma cidade tão múltipla como Feira de Santana. Iniciaram-se, assim, naquele ano, novamente com o apoio da UEFS e da FAPESB, as gravações na sede do município, que é o segundo do estado da Bahia em termos populacionais, ficando atrás apenas da capital. Para essa nova etapa, o projeto contou com a coordenação de mais duas professoras, Eliana Pitombo e Silvana Araujo, além da colaboração de voluntários e de dez bolsistas de Iniciação Científica. É sobre essa fase do projeto que se discorre neste texto.

1. FEIRA DE SANTANA: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-HISTÓRICO E DEMOGRÁFICAS

Na denominação do município, à 108 km de Salvador, subjaz muito das suas principais características. A palavra “Feira” remete à questão da diversidade, do conglomerado, do movimento, do colorido, do som, da circulação. Foi uma feira livre que proporcionou à Feira de Santana, ou simplesmente à Feira (como é comumente chamada), a ser o que é.

Talvez por sua localização singular, de fácil acesso, encontrando-se num dos principais entroncamentos de rodovias do norte-nordeste brasileiro, Feira de Santana reuniu conjunturas para vir a tornar-se a complexa cidade que é, com um “caldeirão demográfico” e com a presença de tantos contatos dialetais, como ocorre em poucas cidades interioranas do Brasil. Na sede do município, no seu perímetro urbano, passam as rodovias BR 116 (Norte e Sul) e BR 324, enquanto no distrito de Humildes¹ passa a BR 101. A Figura 1 mostra a localização de municípios circunvizinhos e de

1 O município de Feira de Santana está dividido em bairros (na sede) e em distritos, esses últimos em número de oito: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (antigamente, denominado Ipuacu), Humildes, Jaquara, Jaíba, Maria Quitéria (antigamente, São José das Itapororocas), Matinha e Tiquaruçu. Matinha, antigo povoado do distrito de São José das Itapororocas, antigamente denominado Matinha dos Pretos, passou a ser considerado distrito de Feira de Santana a partir de 2008, com o Decreto n. 7.462, de 21 de fevereiro de 2008.

distritos, além do sítio da sede do município, circunscrita pelo Anel de Contorno. Devido à expansão imobiliária, acelerada nas últimas cinco décadas, há muitos bairros para além do Anel de Contorno de Feira de Santana.

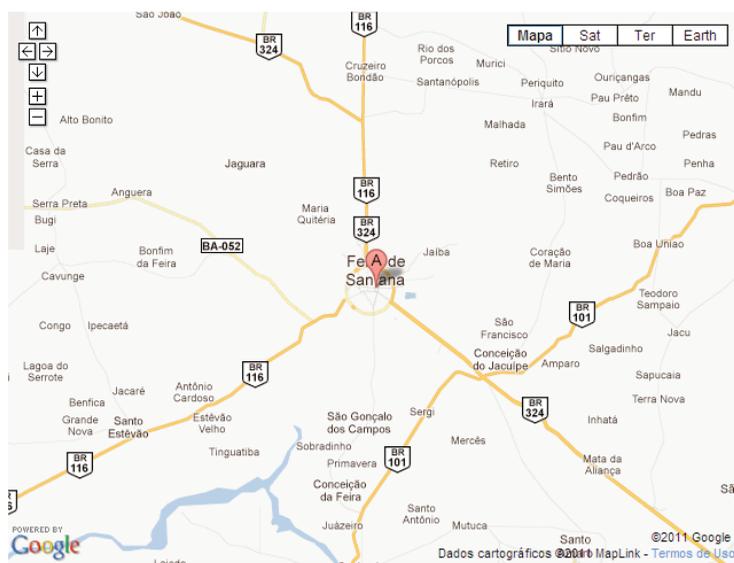


Figura 1 – Representação espacial do Município de Feira de Santana. Fonte: <<http://maps.google.com>>. Acesso em: 24 out. 2011.

Diante dessas características espaciais, é muito comum pessoas de todas as regiões do Brasil terem ouvido falar ou já terem passado pelo município. No âmbito do estado da Bahia, os municípios circunvizinhos mantêm estreitas relações com Feira de Santana, estando os seus moradores em frequentes contatos entre si, alguns trabalhando e morando em cidades vizinhas, recorrendo à Feira de Santana quando precisam de serviços médicos, educacionais, comerciais e de lazer especializados.

Geograficamente, Feira de Santana localiza-se numa zona de transição entre o Recôncavo e o Semiárido, precisamente no agreste baiano², embora seja conhecida por “Princesa do Sertão”, alcunha conferida por Ruy Barbosa quando de sua visita à cidade no ano de 1919. Apesar de não ser o foco deste texto, é preciso destacar que essa posição geográfica também reveste de especial interesse para o estudo do município em seus aspectos linguísticos. A Figura 2 aponta a posição intermediária de Feira de Santana (localizada na chamada Região do Paraguçu), a meio caminho entre o Recôncavo – “o litoral acessível mais

2 Segundo Santos e Pinho (2003, p. 73), tradicionalmente “agreste” significa uma zona de transição entre a faixa litorânea e a zona semiárida. Atualmente, os estudiosos do assunto não fazem distinção conceitual entre *agreste* e *semiárido*, adotando unicamente a denominação semiárido.

próximo”, na expressão de Neves (2008) – e o Sertão, funcionando como um portal para a região sertão/semiárida, algo que pode significar uma riqueza em suas normas linguísticas, vindo a abrigar características peculiares dos falares do interior e do litoral.

Cartograma 01
Grandes Áreas e Regiões Econômicas
Bahia, 2003



Figura 2 – Quinze regiões econômicas da Bahia. Fonte: SEI, 2003.

Vale destacar que Silva Neto (1963), ao tratar do período de formação do português brasileiro, traçou uma distinção ainda válida entre a língua da costa e a do interior (ARAUJO, S.; ARAUJO, J., 2009; ARAUJO, 2014), considerando-se a situação bipolarizada do seu contexto de formação, sobre a qual se explanará ainda neste texto.

A respeito da situação sócio-histórica do município de Feira de Santana, pode-se presumir uma situação de contatos linguísticos e culturais diversos. Houve uma intensa atividade pecuária e comercial que propiciou um grande tráfego de pessoas pelo sítio geográfico da cidade, destacando-se a figura do vaqueiro, certamente de origem indígena ou africana (negros libertos integrados nas relações

socioeconômicas), ou ainda, portuguesa de origem não nobre.³ A propósito, destaca-se que, já nas suas origens, no final do século XVII⁴, Feira de Santana caracterizava-se por ser um lugar de passagem de viajantes, vaqueiros e tropeiros, pois no seu território atual estava a Estrada das boiadas, por onde eram conduzidos animais comercializados em Cachoeira, Santo Amaro e Salvador.

Tal contexto sócio-histórico, demográfico e econômico sugere uma realidade polarizada no período de formação da variedade linguística feirense, tal como foi esboçada por Silva Neto (1963) e sistematizada por Lucchesi (1994; 2001; et al.) no que tange ao processo de formação do português brasileiro. Essa bipolarização pode ser associada às diferentes culturas em contato, destacando-se as das línguas dos indígenas, as dos escravos africanos e a do colonizador branco. No município, de um lado, havia fazendeiros, comerciantes, representantes da Igreja e do Estado e militares graduados, subordinados aos modelos advindos de Portugal; do outro, vaqueiros, roceiros, meeiros e escravos, que adquiriram o português como língua materna a partir de um modelo já adquirido como segunda língua por seus pais e livre de normatizações.

Embora, como bem destacou Silva (2011, p. 19), os estudos sobre a escravidão na região semiárida da Bahia ainda careçam de maior atenção, há estudiosos, entre os quais Poppino (1968), que citam a presença de negros fugitivos no sertão, que teriam formado pequenos quilombos em suas matas, ou alguns poucos escravos que trabalharam na elementar agricultura (pois, no sertão, o que mais se desenvolvera foi a atividade pecuária). Sobre essa questão, o entendimento que se sustenta neste texto é o de que a maior concentração de escravos no município de Feira de Santana deva ter se dado mais a partir do século XIX, com a plantação de lavouras de algodão e também com o recebimento de muitos ex-escravos que vieram trabalhar na região. Nesse período do final do século XIX e início do XX, há também que se considerar que muitos brancos e mestiços migraram para Feira de Santana para trabalharem na cidade, que a essa altura, já delineava sua forte vocação: a de ser um polo comercial, consolidando-se como “um empório do sertão”, denominação atribuída comumente por jornalistas da época, conforme informa Oliveira (2000, p. 9).

Tendo o município prosperado muito, saindo da condição de uma “singela” feira de gado e transformando-se numa cidade com características desenvolvidas/modernizadas, houve muitas alterações no seu quadro populacional, principalmente a partir das primeiras cinco décadas do século XX. Poppino (1968), dado

3 Acredita-se ser mais seguro afirmar que, pelo menos até o início do século XVII, os vaqueiros tinham uma origem indígena, pelo fato de os índios terem mais habilidades em embrenharem-se pelos caminhos do sertão. Após esse período, os vaqueiros deveriam ser mestiços, com ascendência indígena, negra ou mesmo branca.

4 No final do século XVII, o português João Peixoto Viegas se estabeleceu no atual distrito de Maria Quitéria (GALVÃO, 1982).

o rápido desenvolvimento urbano do Município, chama atenção para o fato de Feira de Santana ter prosperado, em menos de um século e meio; crescimento acelerado que, por sua vez, teria acontecido também em outras cidades do Brasil a partir do século XIX. Mas, para o autor, o caso de Feira de Santana é singular, dado que a Bahia estava justamente em declínio, em comparação ao que houve nos áureos tempos do período colonial. Para o autor, são notáveis as forças políticas, econômicas e sociais que impulsionaram o extraordinário desenvolvimento em Feira de Santana.

Essa característica atrativa de Feira de Santana intensificou-se a partir das primeiras décadas do século XX, tendo atraído, inclusive, muitos migrantes nordestinos que se instalaram na cidade para atuarem no comércio, como aliás, pode ser aferido pelos nomes de pioneiras lojas do comércio local, como A Cearense, Sobral, entre outras.

No século XXI, Feira de Santana continua a atrair pessoas, não só da circunvizinhança, mas de outros estados, para trabalharem em suas indústrias. Após a Segunda Guerra Mundial, a cidade congregou mais motivos para aumentar o desenvolvimento de indústrias na região, principalmente pelo aumento comercial, entre os anos de 1940 e 1950, em virtude do crescimento da população, do progresso dos transportes e da dificuldade de importação de produtos (POPPINO, 1968). Se até os anos 1940, a indústria era incipiente, apenas com aproveitamento de carne e de gêneros alimentícios, hoje, conta com vários outros produtos, inclusive, com fábricas multinacionais, como a da Nestlé. O município saiu da condição de comunidade rural para a de centro comercial e industrial de grande importância no estado da Bahia e do Brasil.⁵

Se as características da cidade, até o final do século XIX, moldavam-se ao que se tinha no restante do Brasil, isto é, um país com características eminentemente rurais, com uma grande parte da população dedicando-se a atividades agrícolas, e prioritariamente, residindo na zona rural⁶, a partir de 1940, a situação se altera.

-
- 5 A partir da década de 1970, o desenvolvimento industrial da cidade foi impulsionado com a criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) e do Centro Industrial do Subaé (CIS), que atraíram ainda mais migrantes de todas as regiões para a cidade, que vislumbravam possibilidades de trabalho e ofertas de serviços. Antes do efetivo desenvolvimento industrial em Feira de Santana, Moreira (1986) destaca a forte presença de muitos migrantes ao trabalho como ambulantes e feirantes, na década de 1970, malgrado o sucesso imediato da implantação do CIS.
- 6 Segundo Poppino (1968, p. 188-189), o recenseamento de 1872 mostrou que quase 90% da população adulta se constituíam de agricultores: “de um total de 33 mil habitantes, acima de 16 anos aproximadamente 29 mil”. No Censo de 1920, novamente a população foi categorizada conforme as profissões e predominavam atividades agrícolas. Em 1940, 78% dos habitantes do município se incluíam na população rural. Já em 1950, esse número cairia para 68%. A partir dessa década, com o crescimento das atividades comerciais e industriais, a população rural diminuiria ainda mais.

Sobre o impacto da industrialização e do comércio no aumento demográfico no município, a Tabela 1 mostra a predominância urbana da população feirense nas últimas décadas, em contraste com havia em décadas passadas.

ANOS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	TOTAL	(%) ⁽¹⁾	URBANA	(%) ⁽¹⁾	RURAL	(%) ⁽¹⁾
1940	83.268	–	19.660	–	63.608	–
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	–1,44
1970	187.290	32,12	131.720	88,48	55.570	–22,68
1980	291.504	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	406.447	39,43	348.973	49,20	56.875	–1,26
2000	480.949	18,33	431.730	23,71	49.219	–13,46
2010	556.642	15,74	510.637	18,28	46.007	–6,53

⁽¹⁾ Variação percentual com o período imediatamente anterior.

Tabela 1 – Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente no município de Feira de Santana/BA, 1940 – 2010. Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012.

Na Tabela 1, merece destaque o crescimento relativo da população urbana, apresentado na quinta coluna, com ápice na década de 1960 (103,88% em relação à década de 1950). Por outro lado, Oliveira (2000), ao estudar o período de 1883 a 1937, identificou e analisou os processos de destruição da ordem rural em Feira de Santana. A hipótese central foi a de que, durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX, houve profundas mudanças na cidade e que “essas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova ‘urbe’”. (OLIVEIRA, 2009, p. 17). Na sua interpretação, essas mudanças estariam inseridas no ideal republicano e estariam em consonância com as ideias iluministas de trazer progresso, pautadas na ciência e na razão e, não raro, na crença de que uma sociedade sem mestiçagem e com padrões urbanos seria mais propícia para ser “evoluída”. No que diz respeito à sociedade feirense, o autor assim pronuncia-se:

A construção de um novo comportamento público foi feita em meio a vários conflitos, destacadamente contra as heranças da cultura negra, dos vaqueiros e de outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade. Feira de Santana então é transformada em uma verdadeira arena de conflitos, na acepção de Henri Lefebvre, na qual o centro era a escolha

das melhores maneiras de organização da população no espaço público, com a exclusão daqueles setores indesejáveis às novas formas de sociabilidade. (OLIVEIRA, 2000, p. 18)

Nota-se uma preocupação voltada para apagar as raízes rurais da cidade, estando em pauta o desejo de tornar Feira de Santana uma “cidade grande”, ficando atrás apenas da capital do estado, ou, como destacou Oliveira (2000), o desejo era o de tornar Feira de Santana a “Petrópolis baiana”:

Em uma cidade construída no interior da Bahia, com sólidas bases rurais, certamente a chegada de tais novidades provocaram conflitos, uma vez que ficaram em choque as duas principais características de Feira de Santana: de um lado o passado rural e do outro o fortíssimo incremento do comércio e o conseqüente desenvolvimento urbano. (OLIVEIRA, 2000, p. 25)

O autor continua a discorrer sobre o conflito rural e urbano em Feira de Santana num estudo posterior (OLIVEIRA, 2011). Discute, por exemplo, uma matéria jornalística, datada de 4 de maio de 1929, em que a chamada elite culta feirense manifesta o seu desejo de que a Feira de Santana se assemelhasse, cada vez mais, à capital:

Rejubilem-se os caminhões. Carroças na capital só até 31 de dezembro. Uma lei do Conselho Municipal da cidade do Salvador proíbe o tráfego de carroças a partir de 1º de janeiro de 1930. Os pobres muares que subiam o Taboão, o Caminho Novo, a Água Brusca, Montanha, Santa Tereza e outras ladeiras da capital, às vezes sobre desproporcionadas cargas, irão resfolegar do Ano Bom em diante e os carroceiros que vão desde já procurando outra vida; porque, felizmente para eles vão ficar esquecidas suas barbaridades revoltantes, como ficaram olvidadas as dos aguadeiros, que já há muitos anos deram o fora do perímetro urbano da capital. Quando será que também nos veremos livres dos daqui? (Folha do Norte de 04/05/1929 apud OLIVEIRA, 2011, p. 34-35).

Correlacionando à formação da língua falada em Feira de Santana, presume-se que os usos linguísticos característicos dos falares rurais/populares teriam sofrido, até de maneira inconsciente, uma forte campanha para serem banidos do espaço urbano. Considera-se que, nesse contexto sócio-histórico, seriam muito mais “adequados” os falares que mais se aproximassem de usos urbanos/letrados, não cabendo, assim, usos linguísticos estigmatizados socialmente e rotulados como típicos da fala rural ou próxima dessa, a saber, a de pessoas com baixa ou nula escolaridade (historicamente, no Brasil, essas habitaram o espaço rural/interior). Dado que os inúmeros migrantes que se radicaram em Feira de Santana tinham esse perfil, foi ainda mais imperativo considerar a questão da migração na constituição da amostra de fala vernácula feirense.

2. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

O projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano* sempre procurou utilizar critérios socio-histórico e demográficos na etapa de constituição de suas amostras e, na sua terceira fase, investiu-se intensamente nessa vertente socio-histórica, tornando-se imprescindível acolher os postulados dos estudos da área das ciências sociais e humanas. Assim se procedeu por se intentar trazer elementos para melhor discutir a formação e a consolidação da língua portuguesa na comunidade de fala em foco, além de oferecer embasamentos para melhor se interpretar os resultados acerca da realidade sociolinguística feirense.

Em decorrência dos conhecimentos sobre aspectos da socio-história e da demografia da comunidade de fala, consideraram-se, na constituição da amostra, além de critérios comumente empregados nas pesquisas sociolinguísticas (como *faixa etária, sexo e escolaridade* do informante), a *relação do informante com a migração*. Por conseguinte, a amostra urbana de Feira de Santana foi dividida em subamostras, sendo considerado fatores sobre o informante ser feirense, filho de feirenses, feirense filho de migrantes e migrante. No Quadro 1, são apresentados os critérios socioculturais utilizados para a seleção dos informantes e, por conseguinte, para a constituição da amostra.

FATORES SOCIOCULTURAIS	
GÊNERO	Masculino Feminino
FAIXA ETÁRIA	Faixa 1 (25-35 anos) Faixa 2 (45- 55 anos) Faixa 3 (acima de 65 anos)
RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO	Feirenses filhos de feirenses Feirenses filhos de migrantes Migrantes
ESCOLARIDADE	Baixa ou inexistente (analfabetos ou semialfabetizados) Ensino médio completo Ensino superior completo com ou sem pós-graduação

Quadro 1 – Fatores socioculturais utilizados na constituição da amostra do Projeto de Pesquisa *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano – Fase 3*.

No acervo, há entrevistas com informantes da zona rural do município, especificamente no distrito da Matinha, gravadas durante a segunda fase do

do projeto. Algumas mais foram gravadas durante a Fase 3, a fim de torná-las compatíveis com a nova faixa etária dos informantes, alterada no ano de 2008. Conseqüentemente, é possível comparar os resultados da zona urbana com os da zona rural do município. No que concerne à comunidade de fala de Feira de Santana, há 72 entrevistas gravadas e transcritas, assim distribuídas:

- 48 com informantes analfabetos ou pouco escolarizados⁷, sendo 12 informantes da zona rural e 36 da sede do município. No caso destes últimos, 12 *filhos de feirenses*, 12 *filhos de migrantes* e 12 *migrantes*. Os da zona rural são nascidos no município e os seus pais, na maioria dos casos, também;
- 12 informantes com ensino superior completo e/ ou com pós-graduação (todos informantes da sede do município, nascidos na própria cidade);
- 12 informantes com Ensino Médio completo, sendo feirenses e filhos de feirenses.

A amostra possibilita uma análise contextualizada acerca do binômio variação/mudança, abrangendo aspectos marcantes na sócio-história da comunidade de fala, a exemplo dos contatos interdialetais e dos tardios processos de escolarização e de urbanização do município. As entrevistas também possibilitam a realização de estudos que investiguem a configuração atual dos dois grandes polos sociolinguísticos do português brasileiro – PB, isto é, o que, na formulação teórica de Lucchesi (1994; 2001; et al.), denominam-se *norma culta* e *norma popular*. Os estudos com os dados linguísticos de Feira de Santana podem lançar “luzes” sobre a polêmica formação do português brasileiro, além de reunir elementos que permitam investigar quais as conseqüências do estreitamento das redes sociais empreendido no Brasil, a partir da intensificação dos processos de urbanização, bem como o da democratização de acesso ao ensino. Em outras palavras, possibilita a realização de pesquisas sobre a caracterização sociolinguística atual, tomando como base a comunidade de fala feirense.

Sustenta-se a hipótese de que a formação do português brasileiro foi marcada por determinadas condições sociais que o fizeram ser diferente do português europeu, a exemplo do intenso contato entre povos e línguas e da tardia implantação

7 A intenção era gravar apenas informantes que tivessem estudado por até quatro anos, porém, em vista da dificuldade de serem encontradas pessoas com essa característica (principalmente na faixa 1), foram gravadas entrevistas com informantes que estiveram na escola por mais tempo, sendo que alguns estavam concluindo o Ensino Fundamental, mas no supletivo, em que se estudam duas séries em um ano. Nesse sentido, considerando as deficiências do ensino que frequentaram e, principalmente, que as suas atividades profissionais não lhes proporcionavam maior contato com o letramento, julgamos que a característica popular da sua norma linguística ficou preservada.

dos processos educacionais e urbanísticos brasileiros, associados a um perverso sistema de discriminação racial e exclusão social. Tais condições repercutiram significativamente na estrutura da língua portuguesa, fazendo com que houvesse uma bipolarização de normas linguísticas no Brasil, com um polo que abriga as variedades cultas, mais próximas da norma padrão, e outro que abriga as variedades populares, marcadas por um processo de extrema redução da morfologia flexional. Entendemos igualmente que, com as profundas e contínuas mudanças ocorridas no Brasil, a partir do século XX, tais normas podem estar em processo de entrecruzamentos, influenciando-se mutuamente (LUCCHESI, 2001).

A subamostra com informantes de ensino médio completo não tem sido muito utilizada no âmbito do projeto, constituindo-se, na verdade, uma “subamostra-controlada”, pois é problemático considerar o falar desses informantes pela seguinte razão: qual a norma linguística que esses informantes utilizam? Isto é, num *continuum*, em que mais se aproximam esses falares, do polo culto ou do popular? Acredita-se que, levando em consideração a história da escolarização da população brasileira, bem como outros dados da sócio-história do português brasileiro, seja necessário distinguir os dados linguísticos provenientes de falantes com ensino médio dos tempos atuais (após as “facilidades” de acesso ao ensino formal) da fala de informantes com esse perfil de décadas passadas. Explica-se: não se considera apropriado colocar como equivalentes dados linguísticos provenientes da fala de informantes da faixa III com a de informantes da faixa II e I, em caso de ambos terem escolaridade secundária. Isso se justifica por entendermos que há diferenças qualitativas na escolarização de um informante idoso que estudou o ensino médio, numa época em que a escola era elitizada e elitista, da de uma pessoa adulta (com, por exemplo, 30 anos) com apenas o ensino médio e, muitas vezes, concluído pelo supletivo. Na amostra, inclusive, há um informante idoso que só estudou até o ensino médio, mas que ocupou o cargo de gerente de um banco. Assim, resultados de análises que consideram a fala de informantes como “semicultos” (nível intermediário de escolarização) podem conter enviesamentos quantitativos e qualitativos, na medida em que ora pode ter traços linguísticos do vernáculo brasileiro (ou da norma popular do português brasileiro), ora do falar culto. Portanto, se o objetivo for apreender o vernáculo brasileiro (livre de normatizações), é preciso considerar esse aspecto.

No caso da subamostra com os migrantes, há também uma ressalva a ser feita. Primeiramente, como os estudos historiográficos e demográficos apontavam que a grande parte dos migrantes que vieram para o município era formada basicamente por pessoas com baixa ou nula escolaridade, foi apenas considerado esse aspecto dos informantes usuários da norma popular (utilizada por informantes com baixa ou nula escolaridade). Em etapas futuras, poderão ser constituídas amostras com migrantes com alta escolarização. Já no caso dos informantes com

ensino médio ou superior, foram escolhidos feirenses cujos pais também fossem feirenses, como, aliás, foi adotado na comunidade rural da Matinha.

O enfoque principal do projeto é justamente apreender as características do vernáculo popular feirense, comparando-o com o falado em outras regiões do estado da Bahia e contrastando-o com o falado por pessoas com escolarização máxima, nascidas e residentes no município. O intuito de ter sido constituída a amostragem assim bipolarizada foi o de permitir a comparação entre a norma popular e a culta, com base na visão bipolarizada da realidade sociolinguística brasileira (LUCCHESI, 1994; 2001; et al.).

Os estudos já realizados permitem asseverar que, a depender do fenômeno analisado, a situação sociolinguística bipolarizada do português brasileiro mantém-se na fala feirense, notadamente quando o fenômeno linguístico é estigmatizado socialmente. Araujo (2012), por exemplo, ao investigar o uso variável da concordância verbal com a primeira pessoa do plural tomando como amostra a subamostra rural (12 entrevistas), encontrou uma variação bem estruturada. Dos 44 dados levantados, 18, que correspondem a 40,9%, foram com a variante zero (ou sem marcas de plural). A autora ressaltou que o índice de não realização dos morfemas “-mos ~ -mo ~ -emo” só não deve ter sido maior devido ao amplo uso da forma pronominal “a gente” acompanhada de formas verbais sem marcas explícitas de plural. Ao comparar os resultados encontrados com os obtidos a partir do levantamento de dados na amostra do projeto português Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin_corpus.php), a autora encontrou, na amostra portuguesa, também com informantes da zona rural com baixa ou nula escolarização, um resultado diferente: apenas uma ocorrência sem morfema de plural dos 128 dados levantados (99,2%). Tais resultados levaram a autora a afirmar que:

Embora o contexto sócio-histórico do período da formação da realidade sociolinguística brasileira não tenha dado ensejo à formação de línguas crioulas prototípicas, não se pode deixar de ver, ainda hoje, no português popular brasileiro, influências do intenso contato entre línguas, bem como das situações de exclusão social sofridas pela população afrodescendente ao longo da história. (ARAUJO, 2012, p. 91)

Já no estudo de Araujo (2014), ao comparar dados levantados na fala de 36 informantes com baixa ou nula escolarização (feirenses filhos de feirenses, feirenses filhos de migrantes e feirenses da zona rural) com os levantados na fala dos 12 informantes com ensino superior, focalizando a variação na concordância verbal com a terceira pessoa do plural, fora identificado um quadro bem polarizado.

NORMA CULTA			NORMA POPULAR		
	Aplicação/Total	%		Aplicação/Total	%
Variante padrão	619/659	93,9%	Variante padrão	321/1310	24,5%
Variante não padrão	40/659	6,1%	Variante não padrão	989/1310	75,5%

Tabela 2 – Distribuição geral dos resultados nas subamostras pesquisadas no estudo de Araujo (2014).

Observa-se, na Tabela 2, que, enquanto os resultados com os informantes com alta escolaridade indicam haver uma variação marginal e residual, com os informantes analfabetos ou com baixa escolarização a variação é bem marcante, com amplo ou zero uso da variante não padrão. O trabalho de Santos (2014), que analisa a variação entre o futuro do pretérito – FP e o pretérito imperfeito – PI em contextos *irrealis* no português culto e popular falado em Feira de Santana, demonstra que os falantes menos escolarizados favorecem o uso de PI e esta variante é menos usada pelos falantes mais escolarizados, que optam pela variante FP, que parece ter maior prestígio social.

Tais resultados ratificam a polarização da realidade sociolinguística brasileira, destacando a pertinência do conceito de *norma linguística* no âmbito da teoria da Sociolinguística Variacionista, conforme trabalhado por Lucchesi (1994, 2001, 2002 e 2006)⁸, que define dois parâmetros para a realidade linguística brasileira, o da *norma culta* e o da *norma popular*, chamando a atenção que as contínuas mudanças ocorridas na sociedade brasileira a partir das primeiras décadas do século XX podem diminuir o abismo que, historicamente, separava a fala da classe social baixa da fala da elite:

A polarização linguística do Brasil não é, porém, estanque, podendo-se detectar influxos que interligam os dois subsistemas distintos, sobretudo a partir das primeiras décadas do Século XX, quando se inicia o vigoroso e profundo processo de industrialização e urbanização do país, que dinamizou a reprodução da cultura e democratizou as relações sociais, sem conseguir entretanto alterar o quadro de profundas desigualdades sociais que ainda entravam o verdadeiro desenvolvimento do país. As contradições da realidade social refletem-se no plano das normas linguísticas, pois, ao tempo em que se observa, no plano objetivos dos padrões coletivos de comportamento verbal, uma tendência ao nivelamento das duas normas linguísticas brasileiras, no plano subjetivo da avaliação das variantes linguísticas, o estigma ainda recaís pesadamente sobre as variantes mais características da norma popular, fortalecendo-se, a cada dia – inclusive com a força

8 Uma norma linguística é definida não por pessoas que falam de maneira igual, mas que compartilham idêntico sistema de avaliação subjetiva das variantes linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

dos meios de comunicação de massa – um preconceito que, sem fundamento lingüístico (cf. Bagno, 1999), nada mais é do que a crua manifestação da discriminação econômica e da ideologia da exclusão social. (LUCCHESI, 2002, p. 87-88)

Por outro lado, os estudos já realizados com a amostra de Feira de Santana, que envolvem fenômenos linguísticos não marcados socialmente, têm evidenciado a aproximação dos dois polos sociolinguísticos, aludida por Lucchesi (2002), indo também ao encontro da visão de dois *continua* (o de urbanização e o de letramento), postulada por Bortoni-Ricardo (2005, 2008).

Todo falante do português do Brasil situa-se em um ponto determinado desse contínuo, mas pode movimentar-se em direção a qualquer dos pólos, dependendo de sua rede de relações sociais, sua inserção em práticas sociais letradas e participação no sistema de produção, bem como seu gênero, faixa etária e outros componentes de sua identidade social. O contínuo de urbanização permite ainda distinguir regras variáveis graduais, presentes ao longo de todo o contínuo, e regras descontínuas, características do repertório das populações situadas no pólo rural e na zona urbana (BORTONI-RICARDO et al, 2008, p.231).

O estudo realizado por Santana (2014) sobre a realização do objeto direto e do indireto de terceira pessoa no português falado em Feira de Santana, demonstrou que não há diferenças significativas de uso entre os falantes com baixa ou nula escolaridade e os com curso superior, isto é, entre os representantes da norma popular e os da culta. O clítico “lhe”, por exemplo, atuando como complemento direto e indireto referente à 2ª pessoa, aparece com bastante frequência no *corpus* analisado, tanto no português popular quanto no culto. O estudo também detectou um amplo uso do objeto nulo em todo o *corpus*, independentemente da escolaridade do falante. Esses resultados, associados a outros, sugerem que essa variante não é interpretada como estigmatizada pelos usuários do português popular e culto feirenses.

Feitas essas observações acerca, principalmente, dos critérios adotados para a constituição da amostra da comunidade de fala de Feira de Santana, no que tange à temática da polarização sociolinguística, discorreremos sobre como foi realizado o controle das outras variáveis socioculturais na fase de coleta da amostra. Quanto ao critério sexo do informante, trabalhou-se com ambos, ignorando a sua orientação sexual. Apenas um informante culto, do sexo masculino e da faixa etária I revelou, durante a entrevista, ser homossexual e, nesse caso, foi contabilizado como do sexo masculino. Essa é uma questão que merece ser refletida com maior acuidade na constituição de futuros acervos linguísticos.

Quanto à variável faixa etária, sendo importantíssima por permitir as projeções históricas acerca de fenômenos variáveis, pondo em destaque o binômio

variação e mudança, foi adotado o critério de faixas descontínuas, respeitando-se o intervalo de dez anos entre elas, por julgarmos que assim as faixas seriam, de fato, representativas dos três grupos etários considerados: o jovem, o mediano e o idoso. As faixas etárias englobam informantes com idades em que subjazem, de fato, aspectos sociocomportamentais de indivíduos jovens, adultos e idosos, o que não ocorreria se as faixas fossem contínuas⁹. O intervalo das faixas etárias adotado foi o mesmo do utilizado no âmbito do projeto “Vertentes do português popular do Estado da Bahia”, de maneira que as amostras tornam-se idealmente intercomparáveis. A variável foi controlada da seguinte forma: Faixa 1 – informantes entre 25 a 35 anos; Faixa 2 – informantes entre 45 a 55 anos; Faixa 3 – informantes a partir de 65 anos (Quadro 1).

Os dados sócio-históricos do município foram fundamentais não apenas para a definição dos critérios de seleção dos informantes, mas também durante a realização de estudos variacionistas, orientando a formulação das hipóteses e a interpretação dos resultados. A título de exemplo, na pesquisa realizada por Araujo (2014) sobre a variação na concordância verbal com a terceira pessoa do plural, ao identificar entre os informantes cultos um favorecimento do uso padrão apenas entre informantes da faixa III (média de idade de 67,7 anos), e considerando a hipótese clássica acerca da variável faixa etária, a autora ponderou que uma possível explicação poderia ser buscada no fato de apenas esses informantes terem formado o seu vernáculo antes da intensificação dos processos de contato dialetais no município, bem como dos processos de democratização de acesso ao ensino.¹⁰

3. CRITÉRIOS DA AMOSTRAGEM

Quanto ao tamanho da amostragem, ou melhor, ao número de informantes que compõem a amostra da comunidade de fala de Feira de Santana, o total é

-
- 9 Muitos projetos desenvolvidos no Brasil não ponderaram essa questão, de modo que as idades limítrofes das faixas etárias estão muito próximas. O projeto NURC, por exemplo, cujas faixas etárias estabelecidas foram I (25 a 35 anos), II (36 a 55 anos) e III (56 em diante) ilustra esse fato. Em casos como esse, pergunta-se: quais as possíveis diferenças externadas na fala de um indivíduo com 35 e 36 anos, ou ainda, de 55 ou 56 anos? Um indivíduo com 56 anos já poderia ser considerado idoso nos dias atuais?
 - 10 Sobre essa questão, devem ser considerados estudos sobre a urbanização e escolarização, notadamente sobre a demografia histórica feirense, a exemplo do fato de, em 1950, o município ter apenas 32% de sua população residente no perímetro urbano e, nas décadas seguintes, esses percentuais terem se invertido, graças à migração de uma grande leva de pessoas vindas do campo e de cidades menores (FREITAS, 1998, p. 125).

de 60, na zona urbana, e de 72, incluindo também a subamostra da zona rural. Assim, há 12 informantes em cada uma das subamostras, sendo dois em cada uma das células (considerando o sexo e a idade do informante). Nos Quadros 2-7 a constituição e a amostragem das subamostras são detalhadas.

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	26 anos Pedreiro 5ª série	35 anos Vigilante 4ª série	33 anos Diarista 5ª série	31 anos Doméstica 5ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	50 anos Entregador de recibos da Coelba 2ª série	45 anos Pintor de parede 5ª série	54 anos Empregada doméstica 4ª série	50 anos Dona de bar 2ª série
Faixa III (mais de 65)	72 anos Pedreiro 2ª série	80 anos Pedreiro/carpinteiro Analfabeto	70 anos Dona de casa 3ª série	76 anos Merendeira 3ª série

Quadro 2 – Apresentação dos informantes da norma popular urbana (feirenses filhos de feirenses).

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	32 anos Comerciante 3ª série	35 anos Pintor de parede 3ª série	28 anos Ajudante de cozinha 4ª série	27 anos Dona de casa 4ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	53 anos Representante comercial 3ª série	45 anos Catador de papel 2ª série	48 anos Dona de casa 8ª série	48 anos Empregada doméstica 1ª série
Faixa III (mais de 65)	66 anos Aposentado (Serviços gerais) Analfabeto	82 anos Lavrador 3ª série	69 anos Aposentada (Lavradora) 3ª série	66 anos Empregada doméstica 3ª série

Quadro 3 – Apresentação dos informantes da norma popular (feirenses filhos de migrantes).

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	29 anos Motorista de ônibus 7ª série <i>Alagoinha – Pernambuco</i>	30 anos Vigilante 5ª série <i>Milagres – Bahia</i>	33 anos Comerciária 8ª série <i>Bonfim de Feira – Bahia</i>	26 anos Dona de casa 7ª série <i>Pé de Serra – Bahia</i>
Faixa II (45 a 55 anos)	47 anos Motorista de ônibus 6ª série <i>Tanquinho – Bahia</i>	49 anos Aposentado (pintor) 5ª série <i>Riachão de Jacuípe – Bahia</i>	45 anos Diarista 2ª série <i>Serra Preta – Bahia</i>	55 anos Costureira 4ª série <i>Santa Bárbara – Bahia</i>
Faixa III (mais de 65)	84 anos Aposentado (Petroleiro) 4ª série <i>Serrinha – Bahia</i>	82 anos Aposentado (Pedreiro) Analfabeto <i>Serrinha – Bahia</i>	66 anos Dona de casa 3ª série <i>Campina Grande – Paraíba</i>	75 anos Dona de casa 4ª série <i>Jaguarai – Minas Gerais</i>

Quadro 4 – Apresentação dos informantes da norma popular (migrantes).

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	31 anos Pedreiro 4ª série	35 anos Serigrafista 5ª série	28 anos Lavradora 4ª série	32 anos Lavradora 2ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	52 anos Pedreiro 4ª série	48 anos Vaqueiro 2ª série	55 anos Lavradora Analfabeta	55 anos Lavradora 2ª série
Faixa III (mais de 65)	74 anos Lavrador 3ª série	74 anos Lavrador e comerciante 3ª série	68 anos Lavradora Analfabeta	77 anos Lavradora Analfabeta

Quadro 5 – Apresentação dos informantes da norma rural (feirenses filhos de feirenses).

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	33 anos Contador	25 anos Historiador	26 anos Enfermeira	30 anos Administradora
Faixa II (45 a 55 anos)	53 anos Engenheiro civil e professor universitário	56 anos Químico/ professor Ensino Médio	48 anos Professora universitária	45 anos Professora e mestranda em Desenho
Faixa III (mais de 65)	69 anos Economista e contador	67 Arquiteto e artista plástico	68 anos Jornalista	67 anos Pedagoga

Quadro 6 – Apresentação dos informantes da norma culta (feirenses filhos de feirenses).

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	26 anos Mecânico	35 anos Auxiliar de escritório	33 anos Técnica em Enfermagem	33 anos Atendente em escritório
Faixa II (45 a 55 anos)	47 anos Técnico em Telefonia	49 anos Mecânico industrial	45 anos Agente penitenciária	49 anos Funcionária pública
Faixa III (mais de 65)	68 anos Aposentado (Gerente de Banco)	81 anos Aposentado (Comerciário)	69 anos Professora primária	73 anos Professora primária

Quadro 7 – Apresentação dos informantes com Ensino Médio (feirenses filhos de feirenses).

Seguindo a orientação comumente empregada nos manuais de Sociolinguística, o número de informantes deveria ser maior, já que a recomendação é que seja feita uma análise combinatória, multiplicando o número de fatores das variáveis sociais consideradas (OLIVEIRA E SILVA, 2003). Se fosse adotada a indicação clássica, teria se procedido da seguinte maneira: 2 sexos (H, M) x 3 faixas etárias (I, II, III) x 3 níveis de escolaridade (baixa ou nenhuma, ensino médio, ensino superior) x 3 tipos de relação com a migração (feirense filho de feirense, feirense filho de migrante, migrante) x 2 zonas (rural e urbana) = 108. E assim, também seguindo a orientação clássica (LABOV, 2008), multiplicaria esse número (que já é elevado) por 5 (já que deveria haver 5 informantes em cada célula). Ou seja, $108 \times 5 = 540$ informantes. Obviamente, esse número, embora ideal, é inviável para a concretização das pesquisas sociolinguísticas, que, como todos sabem, persistem em meio a tantos obstáculos (falta de financiamentos, dificuldades em se conseguir informantes com certos perfis, perda de entrevistas por problemas técnicos, etc.). Logo, se fosse adotada a recomendação ideal, a finalização da constituição da amostra estaria longe de ser encerrada, já que, se com o número de 72 informantes foram necessários quase cinco anos de árduo trabalho, com a supervisão de quatro pesquisadores e mais de uma dezena estudantes. Imaginem se fossem 540 entrevistas!

Não obstante a essas ponderações, frisamos que não há mais entrevistas na amostra não apenas pela onerosidade de tempo e de custos, mas principalmente, devido aos objetivos do projeto. Os conhecimentos norteados pela história externa da língua falada em Feira de Santana indicaram que era imperioso haver células vazias na amostra. Explica-se: (I) na zona rural do município, praticamente inexistem pessoas com escolaridade superior; (II) não fazia sentido gravar migrantes com escolarização alta, uma vez que os estudos apontavam que a reação negativa dos feirenses dizia respeito aos migrantes com baixa ou nula escolaridade e que foi esse o perfil dos migrantes que massivamente radicaram-se em Feira de Santana.

Portanto, embora haja ajustes a serem feitos na amostra da fala feirense – como, por exemplo, aumentar a amostragem referente à norma culta (a fim de torná-la mais compatível com a taxa de pessoas cultas do município) – acredita-se que a amostragem aleatória deu conta de representar a comunidade de fala de Feira de Santana, oferecendo um banco de dados que permita que diversas pesquisas linguísticas sejam realizadas, a fim de se investigar diversos fenômenos, não excluindo a realização de pesquisas sociológicas e antropológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas dificuldades na formação de *corpora* orais, no entanto, buscou-se minimizar ao máximo os problemas, deixando claros os critérios que nortearam a constituição da amostra. Há limitações pelo fato de os pesquisadores terem se concentrado apenas na entrevista tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID); esse tipo de entrevista não é muito eficiente na captação de alguns fenômenos, como, por exemplo, a segunda pessoa. No entanto, tentou-se minimizar esse problema realizando, ao final da entrevista, uma pergunta direta ao informante sobre o uso de “tu/você”. Por enquanto, só com este fenômeno (tu/você) observaram-se poucas ocorrências. Para diversos outros fenômenos, a amostra tem se mostrado bastante representativa, a exemplo da variação entre futuro simples e perifrástico, a variação entre o futuro do pretérito e do pretérito imperfeito, variação na colocação pronominal, variação nas concordâncias, topicalização, entre outros.

A amostra pode ainda ser complementada, não só com a ampliação das entrevistas do tipo DID, mas também com a gravação de conferências, aulas e também de comunidades de prática, a exemplo dos professores universitários (presentes na amostra dos representantes do culto). No entanto, julga-se que o material é bastante interessante para se trabalhar com o contínuo rural/urbano e iletrado/letrado, além de análises que levem em consideração diferentes questões sociais, a exemplo da questão da migração, do contato com o rural, entre outras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. F. de; ZENAIDE O. N. A língua portuguesa falada no semi-árido baiano: algumas considerações. In: Múltiplos olhares sobre a língua, 1999, Maceió. *Anais do Congresso de Língua Falada e Escrita*, Maceió: UFAL, 1999.
- _____. *Coleção amostras da língua falada no semiárido baiano*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/FAPESB, 2008.

- _____. *A variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.
- ARAUJO, S. S. F. A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. Salvador, 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- ARAUJO, S. S. F.; ARAUJO, J. M. O. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, Niterói: n. 39, p. 95-116, 2009.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; SILVA, M. G. T.; CAXANGÁ, M. R. R.; LINS, M. V. Raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil. *Revista acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, São Paulo: n. 04, março/agosto de 2008. p. 215-234.
- FREITAS, N. B. *Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996*. Salvador, 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
- GALVÃO, R. Os povoadores da região de Feira de Santana. *Sitientibus*, Feira de Santana: n.1, julho/dezembro 1982, p.25-31.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. M. Bagno, M. M. P. Scherre, C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Título original: Sociolinguistic Patterns, 1972.
- LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo: v.17, n.1, 2001, p. 97-132.
- _____. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.
- _____. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.
- _____. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, 2006. p. 83-112.
- _____. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.12, 1994. p.17-28.
- MOREIRA, V. D. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Texto nº2. A feira está morta. Viva a feira! *Sitientibus*, v. 3, n.5, 1986, p. 171-176.
- OLIVEIRA E SILVA, G. Coleta de dados. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 117-133.
- OLIVEIRA, C. F. R. M. *De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. Salvador, 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia,
- POPPINO, R. E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.
- SANTANA, J. C. D. “*Todos os caminhos levam a Feira de Santana*”: uma viagem sociolinguística para o estudo dos pronomes objetos no português urbano falado. Feira de Santana,

2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana.

SANTOS, A. S. *A variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito no português falado em Feira de Santana*. Feira de Santana, 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos). Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SILVA, M. S. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana: notas sobre a escravidão. In: NEVES, E. F. (Org.). *Sertões da Bahia: Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Editora Arcádia, 2011.p. 15-50.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 23. nov. 2011.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. M. Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. Título original: *Empirical foundations for a theory of language change*, 1968.

